



Modelo de Estado será definido por eleições de 2022, avalia analista político do Diap

A Condsef/Fenadsef promoveu essa semana um debate voltado para suas entidades filiadas sobre "Eleições gerais e os desafios do serviço público". A atividade que aconteceu no formato híbrido, presencial e via Zoom, contou com a participação do analista político do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Antônio Augusto Queiroz, e com representantes da assessoria jurídica da Confederação. Para Queiroz, ao votar nessas eleições, especialmente em presidente, deputado e senador, o eleitor estará contratando uma visão de mundo e um modelo de Estado que pretende para o Brasil.

A reeleição do atual presidente e renovação de mandato de parlamentares que deram sustentação a esse governo devem aprofundar o desmonte que vem sendo imposto ao setor público nos últimos anos. Para o analista a atual visão e modelo de Estado é "liberal na economia, fiscalista na gestão e atrasada em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente".

O Diap criou uma ferramenta importante para contribuir com o voto consciente e com a participação política da população nas eleições desse ano. A plataforma "Quem foi Quem no Congresso Nacional" mostra como cada deputado (a) e senador (a) atuaram no parlamento em

relação a temas que impactam os direitos dos trabalhadores e os serviços prestados à sociedade.

Cinco critérios

A plataforma utiliza cinco critérios que levam em conta a abrangência dos temas que envolvem a classe trabalhadora e a sociedade de uma forma geral:

- 1) a importância da matéria sob os pontos de vistas político, econômico e/ou social;
- 2) o registro nominal do voto de cada parlamentar, excetuando as de forma simbólica quando não há registro do voto por tratarem de matérias consensuais ou em função de manobras regimentais;
- 3) o grau de disputa entre oposição e situação, exigindo-se em cada votação uma oposição superior a 20% da Casa do Congresso, no caso da Câmara com divergência superior a 100 votos;
- 4) o aspecto temporal das propostas de leis submetidas para votação pelos parlamentares com vigência permanente ou temporária das políticas públicas; e
- 5) a clareza do dispositivo votado em relação ao objetivo pretendido, de modo a não deixar margens para dúvidas sobre o conteúdo da votação.

Para muitos especialistas, essas eleições são uma das mais importantes dos últimos tempos.

Há em disputa a retomada de avanços sociais importantes vivenciados pela sociedade que incluem a necessidade de discutir temas como a EC 95/16, do teto de gastos, e passa também pelo debate da reforma Administrativa (PEC 32/20). Ambas, pautas que afetam diretamente servidores e serviços públicos.

A realidade da política implantada para o setor público nesse governo é a de arrocho salarial, menos concursos e sucateamento do serviço público. O governo Bolsonaro atingiu a menor marca da história em gasto com pessoal e pretende reduzir ainda mais.

Para o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, o foco dos servidores federais deve continuar sendo o de defender os serviços públicos brasileiros. "Queremos resgatar políticas públicas, concursos públicos, resgatar direitos", defende.

Essa semana o presidente e candidato a reeleição, Jair Bolsonaro, chegou a declarar que defende "evitar concursos públicos" para "proteger servidores". Para os que acompanham a saga de idas e vindas e promessas vazias do atual governo em relação a servidores e serviços públicos a resposta deve ser dada na rua, na luta e na urna. "É o que os servidores devem fazer", reforça o secretário-geral.

Fonte: Condsef



Veto do governo ao reajuste do PNAE piora quantidade e qualidade da merenda escolar

Trabalhadores e trabalhadoras da educação e produtores de alimentos da agricultura familiar estão preocupados com o veto de Jair Bolsonaro (PL) à emenda parlamentar à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que previa o reajuste de 34% ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, no começo deste mês. Segundo eles, com a medida, o governo piora a quantidade e a qualidade da merenda escolar e prejudica a qualidade da educação e o desenvolvimento das crianças e adolescentes de todo país.

A funcionária pública e técnica em nutrição escolar, Rosângela Freitas Dias, conta que estudantes de uma escola estadual no Mato Grosso, por exemplo, já não estão consumindo todos os alimentos que complementam a alimentação necessária por dia, conforme os valores nutricionais.

“A alimentação escolar não está sendo o suficiente, tanto na qualidade, quanto na quantidade. Esse valor de hoje já é insuficiente porque a gente não está mais conseguindo atender todas as crianças, tem que comer só arroz e carne porque não consegue mais comprar salada, fruta e verdura. E a gente coloca o mínimo possível de comida para dar para todo mundo”, contou Rosângela.

Segundo ela, que é responsável pela compra dos alimentos na escola em que trabalha, são R\$ 2.958,00 por mês para comprar alimentos para 255 alunos e durar 20 dias. Agora, sem reajuste, a merenda escolar corre risco.

“A gente faz uma complementação, na merenda escolar,

daquilo que as crianças deveriam receber em casa e muitas não estão tendo quase nada em casa e a complementação tem que ser boa na escola. Com cada dia menos recursos a gente não vai conseguir mais fazer essa complementação”, ressalta Rosângela.

O Observatório da Alimentação Escolar divulgou uma nota lamentando profundamente o veto da LDO, que prevê o reajuste dos valores per capita do PNAE pela inflação (IPCA), que não acontecia desde 2017. O Observatório lembra que a aprovação do reajuste do PNAE pelo Congresso Nacional foi resultado de forte pressão da sociedade civil, e do compromisso de parlamentares de diferentes partidos, mobilizados em função da perda do poder de compra do PNAE, diante da crescente inflação dos alimentos.

Futuro do país condenado

Alegando que a proposta é “contrária ao interesse público”, a emenda que Bolsonaro vetou, se aprovada, destinaria pelo menos, 5,53 bilhões de reais à alimentação escolar, um aumento de 1 bilhão e meio em relação aos 3,96 bilhões atuais.

Segundo dados do Ministério da Educação, atualmente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destina R\$0,36 para a alimentação por dia de cada criança do ensino fundamental e médio e R\$0,53 por aluno da pré-escola. O restante do valor da merenda é complementado pela arrecadação dos estados e municípios.



Para o presidente interino da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Leão, o valor per capita com o reajuste já seria irrisório e isso só mostra o descaso de Bolsonaro com a educação. Na avaliação do dirigente, é preciso pressionar para que este veto seja derrubado pelo Congresso Nacional.

“O valor do reajuste per capita não pagaria um pãozinho, isso quer dizer que tiramos um pãozinho de cada criança/jovem deste país. Isso é reduzir a qualidade e a quantidade da alimentação na comunidade escolar. Não podemos permitir que aconteça mais esta tragédia. Vamos pressionar os parlamentares nas redes e nas ruas, conclamou Leão.

O presidente da CNTE também ressalta que Bolsonaro sabe que alimentar uma criança nunca seria contrariar o interesse público: “Ele está condenando o futuro do país, porque a alimentação é essencial para o desenvolvimento das crianças e Bolsonaro quer deixar o país na ignorância, assim como vem fazendo desde o início do seu mandato atacando a educação, retirando verbas de universidades e institutos federais”.

Fonte: CUT